

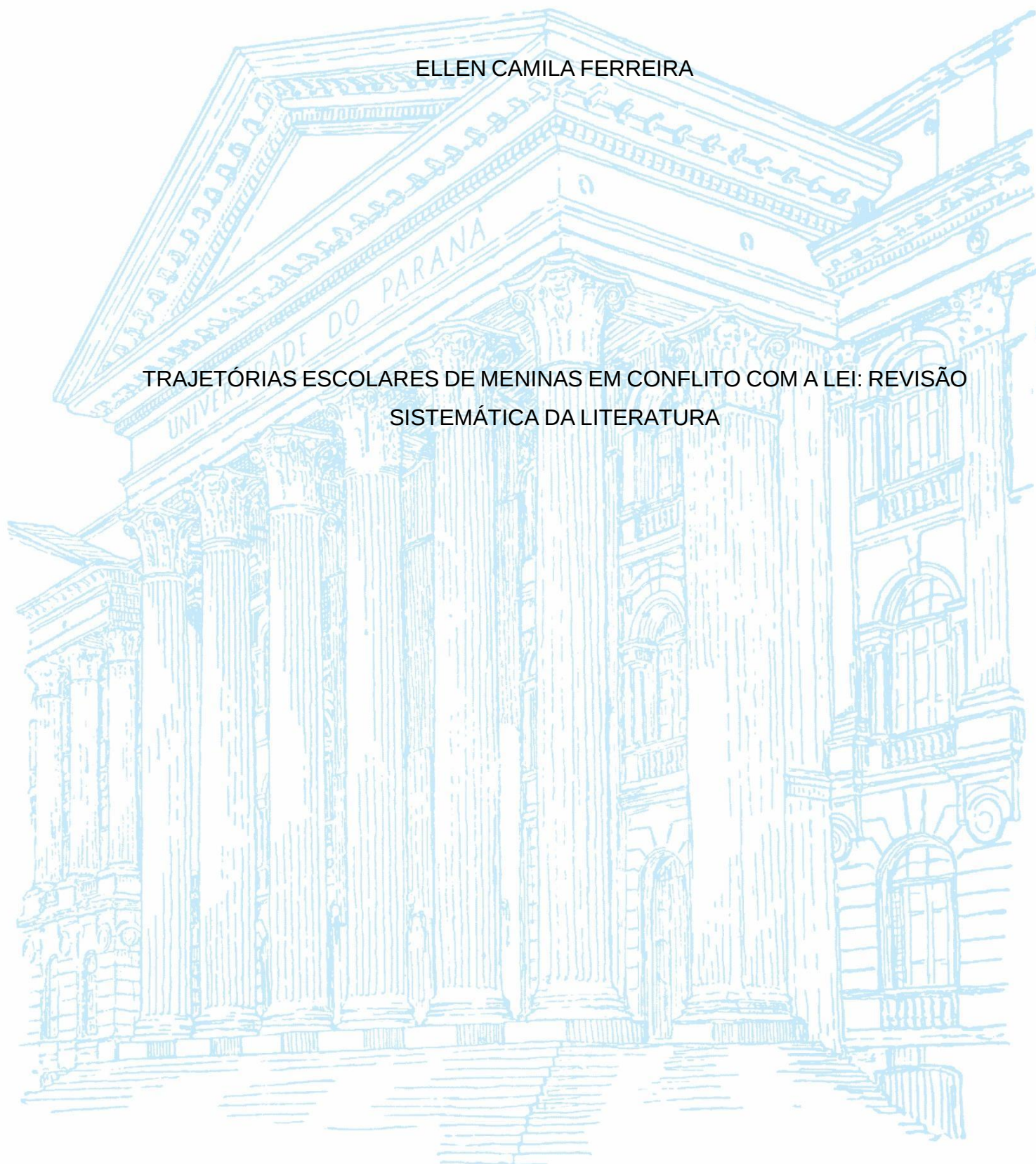
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELLEN CAMILA FERREIRA

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI: REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA

CURITIBA

2020



ELLEN CAMILA FERREIRA

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI: REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela Isabel Reyes Ormeño

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

ELLEN CAMILA FERREIRA

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MENINAS EM CONFLITO COM A LEI: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Prof(a). Dr(a). Gabriela Isabel Reyes Ormeño Orientador(a) – Departamento,
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, __ de _____ de 2020.

Este trabalho é dedicado a todas as crianças e adolescentes que em algum momento tiveram e ainda tem seus direitos negligenciados, que de alguma forma foram menosprezadas, violadas e desacreditadas. Este trabalho é dedicado à trajetória adulta dessas crianças como um lembrete de resiliência e esperança.

Em memória de Miguel Otávio, Ágatha Felix e João Pedro, por justiça às nossas crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

“É preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança”.

(Provérbio africano)

Este provérbio diz muito sobre minha trajetória e eu não poderia deixar de citá-lo. Os cinco anos dentro desta universidade só foram possíveis graças a uma grande rede de apoio, que por vezes nunca soube da sua importância para mim. Assim, não posso deixar de agradecer inicialmente a minha avó Alzira (*in memorian*), você foi minha referência de amor, cuidado e resistência, eu sinto sua falta todos os dias. Agradeço ao meu tio Valdecir (*in memorian*), sua trajetória não foi em vão, você foi e ainda é a motivação de tudo isso, meu desejo é ser uma pessoa que você se orgulhe.

Agradeço a minha mãe Vera, por toda sua batalha em me trazer até aqui. Quando criança eu me questionava por que minha mãe não podia comparecer às reuniões da minha escola ou me buscar, sobre o motivo dela estar sempre trabalhando, porque eu não podia brincar na rua, porque eu não podia estudar no bairro onde morávamos. Hoje eu sei mãe, e não tem nada que eu não possa te dizer que não seja, obrigada. Mãe, você representa milhares de mães solo que deram o seu melhor, eu te amo e essa conquista é sua.

Agradeço ao meu irmão Gabriel, por ser o melhor presente que eu já ganhei, obrigada por ser assim exatamente como você é, você chegou pra despertar o que eu tinha de melhor, eu te amo. Agradeço ao meu avô Antônio, pela sua compreensão da vida, seu cuidado, seu trabalho, obrigada por sempre acreditar em mim. Agradeço ao meu padrasto Francisco, por assumir uma responsabilidade que não era sua e fez o seu melhor, obrigada pelo seu apoio incondicional.

Agradeço aos meus tios Aldair e Claudemir, por sempre estarem presentes na minha trajetória escolar, me incentivando e preenchendo vazios que nenhuma outra pessoa seria capaz de preencher, vocês me presentearam com suas famílias e eu sou muito grata por isso.

Agradeço as minhas amigas Suzi e Larissa pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, eu tenho sorte de ter vocês, obrigada. Agradeço também aos meus amigos da época do cursinho, Raul, Thainá e Thalita, por sonharem comigo e me permitirem fazer parte do sonho de vocês. Agradeço ao meu amigo Patrick, por me entender, me apoiar e acreditar sempre que eu sou a melhor em tudo que faço.

Agradeço às amigas que a universidade me deu, Ana Flávia, Bianca, Mayara, Naiary e o sempre presente Augusto, vocês foram meu alicerce em diversos momentos, foi uma honra aprender com vocês. Ana Flávia, você sempre acreditou em mim e eu te amo imensamente por isso, obrigada por ser sempre tão querida, atenciosa e disposta, você foi o presente que a UFPR me deu. Agradeço a Julia e a Sabrina por me possibilitarem não enlouquecer neste ano, por serem ouvidos sinceros e afáveis. Agradeço a Milena e ao nosso encontro, obrigada por me fazer rir dos meus problemas e pela sua família incrível que eu acho que é minha.

Agradeço a Bianca pelo incentivo e apoio em tudo o que eu me disponho a fazer. Mais do que isso, agradeço sua paciência e em especial sua permanência nessa loucura que eu sou e nisso que nós somos, eu te amo. Agradeço aos meus gatos, Hades e Marceline, pela compreensão e amor que só os animais são capazes de ofertar.

Agradeço a todos os professores e professoras que passaram pela minha vida, em especial a professora Luciane, minha primeira professora. Reencontrá-la foi um presente que me trouxe até a pedagogia, obrigada a toda a família do Centro Municipal de Educação infantil Tia Totô, vocês são minhas referências de cuidado, afeto e compromisso. Obrigada Marcia e professora Rosimeri, obrigada tia Juliana, tia Rose, tia Maria e tia Guiomar vocês me ensinaram coisas sobre a prática pedagógica que nenhum livro ou artigo pode ensinar.

Agradeço a Mayara e a turma da gralha azul, minha primeira regente e minha primeira turma. Vocês me ensinaram tanto que meu coração dói de saudades, obrigada pela partilha, pela paciência e por todas as lembranças que me fazem acreditar em uma educação leve e afetuosa. Agradeço a Bruna e Ana do Quintal ObaObá, pela oportunidade de vivenciar este trabalho lindo e aprender tanto.

Agradeço a minha psicóloga Camila Andreatta pelo apoio, acolhimento e escuta, sem você minhas paranoias teriam me sufocado. Agradeço ao cursinho Formação solidária por oportunizar ensino de qualidade a pré-vestibulandos de baixa renda, me permitindo sonhar novamente, em especial gostaria de agradecer a professora Paola e ao professor Cláudio, pelo apoio e amizade.

Gostaria de agradecer a minha professora e orientadora, Gabriela Isabel Reyes Ormeño. Professora, no meu segundo ano na graduação eu conheci seu trabalho e desde então a admiro cada vez mais, obrigada pela sua trajetória, por seu trabalho, pelo seu acolhimento e ensinamentos, este trabalho só se realizou em meio a esse

caos porque a senhora estava disposta a compartilhar suas vivências e acolher as minhas, obrigada.

Agradeço imensamente a Deus e aos meus orixás pela força e oportunidade de vivenciar essa vida tão fantástica, com altos e baixos, intensa e verdadeira.

Por fim gostaria de agradecer a política de cotas para escolas públicas assinada pela Presidenta da república Dilma Rousseff, que me garantiu não só uma vaga em uma universidade federal, mas um campo de vivências e cidadania que nenhum outro lugar seria capaz de proporcionar. Obrigada Universidade Federal do Paraná, obrigada PRAE, obrigada aos trabalhadores do restaurante universitário, foram as políticas assistenciais da UFPR que me deram condições financeiras e mentais de concluir este curso. Deixo um agradecimento especial a todos e todas meus professores e professoras, em especial a Professora Cida e o Professor Odilon, suas práticas docentes me inspiram e motivam, obrigada.

A gente precisa lutar, porque a única coisa que a gente tem é uns aos outros.

Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós. (Emicida)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a produção acadêmica sobre a trajetória escolar de meninas em conflito com a lei. Os estudos aqui abordados foram selecionados através de três bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Periódicos Capes e Scielo a partir de resumos datados de 2010 a 2020. Com o levantamento bibliográfico, foram analisados 12 estudos. Os resultados revelam que apesar do número de meninas que cometem atos infracionais ser inferior com relação ao número de meninos, existem diferenças significativas em suas trajetórias, que por sua vez influenciam como fatores protetivos ou não. As principais diferenças constatadas são referentes a questões de gênero, fatores de risco, relação com a escola, ato infracional e a medida socioeducativa aplicada. Proporcionalmente, é constatado que independente do gênero, adolescentes são inseridos no mundo criminal através de pessoas próximas de sua confiança, bem como ter um dos progenitores em situação de cárcere aumenta em 59% a chance de que esses adolescentes cometam algum tipo de infração, pois influencia diretamente na estrutura econômica familiar, apresentando que a principal motivação para que estes e estas adolescentes cometam o ato infracional é a de sobrevivência. Com relação à escola, atenta-se que há uma inexistência de pesquisas acadêmicas que relacionem a relação da escola e meninas em conflito com a lei que abordem sobre fatores de risco e de proteção. Os estudos aqui analisados discorrem sobre o perfil negativo destas alunas, sobre dificuldades de aprendizagem e evasão escolar. Considera-se então, de suma importância o diálogo até aqui construído, porém, observa-se a necessidade da ampliação de estudos voltados para área educacional, que compreenda e valide este espaço como um ambiente de desenvolvimento integral para adolescentes.

Palavras-chave: Meninas em conflito com a lei. Trajetórias escolares. Medidas socioeducativas, fatores de risco e proteção.

ABSTRACT

This work aims to characterize the academic production on the school trajectory of girls in conflict with the law. The studies selected here were selected through three databases: Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, Capes and Scielo Journals from abstracts dated 2010 to 2020. With the bibliographic survey, 12 studies were entitled. The results reveal that although the number of girls who commit infractions is lower than the number of boys, there are relevant differences in their trajectories, which in turn influence whether they are protective factors or not. The main differences found are related to gender issues, risk factors, relationship with the school, infraction and applied socio-educational measure. Proportionally, it is found that regardless of gender, adolescents are inserted in the criminal world through people close to their trust, as well as having one of the parents in prison increases by 59% the chance that these adolescents will commit some type of infraction, because it directly influences the family economic structure, a sector that the main motivation for these and these adolescents to commit the offense is the important one. Regarding the school, it is noted that there is a lack of academic research that relates the relationship between the school and girls in conflict with the law that address risk and protection factors. The studies here prevent discourse about the negative profile of these students, about learning difficulties and school dropout. Therefore, the dialogue built up to this point is considered extremely important, however, there is a need for the expansion of studies aimed at the educational area, which understands and validates this space as an integral development environment for adolescents.

Keywords: Girls in conflict with the law. School trajectories. Socio-educational measures, risk and protection factors.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
ECA	- Estatuto da criança e do adolescente
SINASE	- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Objetivo geral.....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 Tipo de estudo.....	19
2.2 Bases de dados consultadas e estratégias de busca.....	19
2.3 Critérios de inclusão e de exclusão dos artigos.....	19
2.4 Procedimentos da revisão.....	20
2.5 Resultados e Discussão.....	20
3 ADOLESCÊNCIA.....	26
4 ADOLESCÊNCIA E A ESCOLA.....	27
5 VIOLÊNCIA.....	28
6 GÊNERO.....	29
7 MENINOS X MENINAS EM CONFLITO COM A LEI.....	32
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O referente estudo se insere na articulação entre o campo da educação escolar, formal e não formal, e o da justiça. Trata-se de uma revisão sistemática sobre trajetórias escolares de meninas em conflito com a lei no Brasil. Objetivando fomentar o processo de reflexão sobre a fragilidade das políticas públicas e o papel da instituição escolar como fator de risco ou de proteção frente a problemática das meninas em conflito com a lei, provoca um questionamento sobre justiça social, políticas públicas e sobre a função social da escola.

A educação formal é aquela que se estabelece nas escolas, com conteúdo previamente estabelecidos, ou seja, é institucionalizada com objetivo de desenvolver o ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados. Já a educação não formal se relaciona com os processos de compartilhamento de experiências entre indivíduos, sendo promovida em espaços coletivos diversos, sem conteúdo programados. Apesar de não se desenvolverem com conteúdo pré-estabelecidos, o ensino e aprendizagem se desenvolvem na subjetividade do grupo de forma não linear.

Considera-se adolescente em conflito com a lei todo indivíduo de 12 a 18 anos incompletos que tenha cometido qualquer ato infracional, ou seja, a conduta que pode ser descrita como crime ou contravenção penal (Lei nº 8.069, 1990). Nesse sentido, salientamos a necessidade de um olhar atento ao perfil desses jovens em conflitos com a lei, assim como suas trajetórias que antecedem o ato infracional, posto que são oriundos de distintas classes sociais, diferentes histórias diferentes graus de escolaridade, e diferentes modalidades de atos infracionais costumam que caracterizar o universo dos adolescentes que transgridem a lei, ainda que as próprias medidas socioeducativas daí decorrentes acabam por atingir mais alguns grupos do que outros. (Trindade, 2002)

Até o ano de 1927 crianças e adolescentes eram punidos como adultos no Brasil. O Código de Menores, como era conhecido, surge como um fator protetivo para estes indivíduos, estabelecendo que crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis até seus 17 anos, somente após os 18 anos poderiam responder por seus crimes na prisão, se necessário. O código de menores foi revolucionário pois pela primeira vez obrigou o Estado a cuidar dos abandonados e reabilitar os delinquentes, porém há uma distância muito grande entre a lei e a prática. O Código

de Menores trouxe avanços, mas não garantiu que as crianças sob a tutela do Estado fossem efetivamente tratadas com dignidade, protegidas, recuperadas. Em 1990 surge então o Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, busca efetivamente garantir direitos às nossas crianças e adolescentes foco das leis, anteriormente o foco eram as punições agora, nos direitos. Nos velhos códigos, o infrator capturado era punido automaticamente, hoje, ele tem direito a ampla defesa e, para isso, conta com o trabalho dos defensores públicos.

O termo “menor”, que se popularizou na época do código de 1927, hoje está ultrapassado, por ser um termo pejorativo, estigmatizante, que indica anormalidade e marginalidade. “Criança ou adolescente” é condizente com os novos tempos. Remete à ideia de um cidadão que está em desenvolvimento e merece cuidados especiais (Bandera, 2013).

Debruçando sobre profusas literaturas acerca do tema aqui em destaque, observamos que existe uma prevalência de autores da área jurídica, da psicologia e do serviço social, que por sua vez em seus estudos correlatam o ato infracional, ao comportamento do(a) adolescent, sua estrutura familiar, medidas socioeducativas, e etc. Nota-se então, uma baixa de estudos relacionando adolescentes em conflito com a lei com a escola, articulando essa instituição e o corpo docente como um fator de risco e/ou de proteção.

Para além dessa constatação, quando se refere a gênero, estudos se mostram ainda mais limitados, o que teria relação com o número maior de meninos que cometem atos infracionais do que meninas. Em levantamento feito pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) no ano de 2015 o Brasil tinha um total de 26.209 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), onde 95% era do sexo masculino, 60% tinha de 16 a 18 anos, 60% eram negros, 66% viviam em famílias extremamente pobres, 51% não frequentavam escola na época do delito. Em comparativo, de 2015 para 2016, nota-se aumento no número de adolescentes em internação, de 18.381 para 18.567, decréscimo no número de adolescentes em semiliberdade, de 2.348 para 2.178. A internação provisória, que já vinha apresentando decréscimo desde 2013, manteve a diminuição de 2015 para 2016 (5.480 adolescentes em 2015 para 5.184 em 2016). Assim, de 2015 para 2016 ocorreu aumento na medida de internação e redução na semiliberdade e na internação provisória. No ano de 2016, haviam 1.090 adolescentes do sexo feminino em restrição

ou privação de liberdade no Brasil, enquanto o número de adolescentes do sexo masculino era de 25.360.

Autores como, Agliardi 2007, Sanabria & Rodrigues 2010, Zappe & Ramos 2010, Gomes & Conceição 2014 e Silva 2014, listam diversos fatores de risco que podem ter influência sobre o aumento de meninas em conflito com a lei, entre eles: falta de perspectivas de futuro, insegurança, violência doméstica, desigualdade sociais, prevalência de transtornos mentais, histórico de crime na família, figura materna em situação de cárcere, entre outros.

Ao relacionar estudos sobre meninos e meninas em conflito com a lei, identifica-se fatores que tendem a influenciar o ingresso de meninas no mundo do crime, são eles: relacionamentos amorosos com pessoas vinculadas à criminalidade; admiração do comportamento masculino; necessidades de consumo; ostentação; vitimização por violência; rupturas de vínculos afetivos; uso de drogas; laços familiares fragilizados; sensação de pertencimento ao grupo de pares; pobreza; e reconhecimento social (Almeida, 2007, Dell'aglio, Santos & Borges, 2004, Fachinetto, 2008, Monteiro et al., 2011 e Silva 2014).

Diante de tais constatações, ao pensarmos sobre a trajetória dessas adolescentes até o ato infracional, listamos diversos fatores de riscos, mas qual seriam os fatores de proteção? Onde essa criança e posteriormente adolescente, poderia desenvolver autoestima, autocontrole, estabelecer vínculos afetivos, respeito, segurança sem ser exclusivamente no ambiente familiar. Qual seria então o papel da sociedade no desenvolvimento da criança?

Ao ponderarmos sobre estas indagações relacionamos diretamente estas perspectivas ao ambiente escolar, afinal é nele que ocorre o primeiro contato das crianças com indivíduos que não pertencem ao seu ambiente familiar, ambiente este que se pressupõe como saudável e seguro, com profissionais capacitados e compreensivos às demandas pedagógicas, emocionais e estruturais da sociedade. Desta forma podemos considerar que a relação que as crianças e a juventude estabelecem com a escola é fundamental, oportunizando não só a aprendizagem tradicional, mas possibilitando que esta instituição educacional se torne um fator de proteção.

Tacca e Branco (2008) afirmam que uma vivência escolar negativa pode desenvolver não só dificuldades de aprendizagem, mas também baixa autoestima, sintomas depressivos e ansiosos, dificuldades nas habilidades sociais e na aceitação

pelos pares e na família. Leon e Menezes-Filho (2002) salientam que, do ponto de vista individual, a escolha do nível educacional e o desempenho na escola influenciam diversos fatores: as condições socioeconômicas do estudante, a compatibilidade do estudo com a inserção no mercado de trabalho, as condições econômicas e sociais da região onde se vive, as características pessoais, entre outras. Esses fatores, quando negativos, tendem a influenciar na manutenção do ciclo intergeracional de pobreza e podem dificultar os processos de aprendizagem (Black, Grenard, Sussman, & Rohrbach, 2010; Mazer e cols., 2009; Medeiros, Loureiro, Linhares, & Marturano, 2000; Njaine & Minayo, 2003; Sapienza & Pedromônico, 2005) e a permanência do jovem na escola (Mazer e cols., 2009). Neste sentido é fundamental a intervenção no espaço escolar a fim de que a escola cumpra sua função social para com o indivíduo.

Em um estudo de Costa e Guedes (2009) que buscam compreender a percepção de alunos pertencentes à rede pública do Rio de Janeiro sobre suas ambições e perspectivas de futuro, é indicado um termo que denomina de *efeito-escola*, que se refere ao processo de criação de novos valores e hábitos, que se relaciona com o aumento das expectativas de estudo, com a escolha da profissão e com as percepções mais positivas sobre seu futuro. As experiências escolares seriam então promotoras de fatores de proteção decorrentes do ambiente educacional, do sentimento de pertencimento, tornando-se propício à aprendizagem, em que a perspectiva de um futuro melhor estaria vinculada a uma maior expectativa de estudo, diminuindo a propensão de atos infracionais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988 afirma que a educação é um direito institucional fundamental de todos os cidadãos. Considera-se que o ato de educar visa desenvolver e a potencializar capacidades intelectuais do indivíduo, constituindo um processo único de aprendizagem associado às formações escolar, familiar e social, portanto, a educação pode ser formal ou informal.

O Brasil é um país onde as diferenças sociais e econômicas ainda segregam milhares de pessoas, sujeitos estes que por vezes confiam a educação e ao trabalho uma garantia de futuro melhor para crianças e adolescentes. Entretanto, sabe-se que a população proveniente de camadas menos favorecidas economicamente dispõe de menos oportunidades em relação a direitos básicos, como educação, saúde e justiça,

enquanto estão mais expostos à violência e a situações de risco, o que por sua vez tende a colaborar para o ingresso de crianças e adolescentes no mundo do crime. A vulnerabilidade é composta por diversos fatores responsáveis pela “exclusão social” de uma parcela da população, incluindo neste estudo questões históricas, de raça, de gênero, classe social e escolaridade.

O Conselho Federal de Psicologia(CRP) em estudo realizado em (2018) sobre a realidade na assistência aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, observa que o perfil do adolescente autor de ato infracional se entrelaça com o de grupos ditos vulneráveis socialmente, marginalizados em relação a políticas públicas e ao acesso a condições dignas de vida (Ayres, Júnior, Calazans, & Filho, 2003) devido a fatores históricos, culturais e estruturais, a saber: a maior parte dos adolescentes autores de ato infracional são do sexo masculino, com baixa escolaridade e baixa renda familiar, além de, na sua grande maioria, fazer uso de drogas ilícitas como a maconha, o crack e a cocaína (Teixeira, 2005).

O Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2002) relata que a incidência de atos infracionais entre adolescentes é menor do que 8% do total de crimes cometidos no país. Este levantamento indica ainda que a prática de infrações cometidas por adolescentes concentra-se nos danos contra o patrimônio (75% do total), sendo baixa a taxa de atos que atentam contra a vida. Já o UNICEF (2002) em sua pesquisa aponta que violência presente na sociedade, atinge de forma esmagadora os adolescentes, em 2000 foram 9.302 mortes de adolescentes por causas externas, com destaque para os casos de homicídio. Além disso, crianças e adolescentes são uma das maiores vítimas das desigualdades sociais vividas no país, incluindo a omissão do poder público quanto ao seu dever de promover qualidade de vida para os cidadãos e cidadãs, no que se refere a direitos básicos como saúde, educação e equidade de gênero o que reflete diretamente na qualidade vida e desses e dessas adolescentes que são vítimas e não responsáveis pela criminalidade brasileira.

Sabe-se que a adolescência é uma etapa marcada por diversas questões biológicas, psicológicas e emocionais, o que se enquadra na garantia de desenvolvimento integral garantido pelo ECA (Lei n. 8.069, 1990), sustenta-se então a necessidade de se considerar o desenvolvimento psicológico destes adolescentes, considerando a especificidade desta etapa. Jean Piaget (1964-2004) afirma que o desenvolvimento é um processo contínuo de mudanças, de um estado de menor

equilíbrio cognitivo-afetivo para um estado de maior equilíbrio entre as atividades do sujeito e as perturbações exteriores, sendo esse processo impulsionado, dentre outros fatores, pela interação social e pelos interesses do sujeito epistêmico. Afirmando ainda que, a natureza do desenvolvimento é de uma dinâmica e não linear, sendo construída na interação social e a partir do processo de equilibração das estruturas cognitivas do sujeito. Vale lembrar que para Piaget (1964-2004) essa equilibração atende à necessidade de melhor organização psíquica, a partir de demandas surgidas no meio social ou do próprio sujeito, às quais ele responde transformando e rearranjando estruturas cognitivas construídas num período anterior do desenvolvimento, mas que não se mostram mais suficientes para atender às necessidades do presente.

Ao dialogarmos sobre o espaço educacional formal (instituições de ensino básico e superior), diversas dificuldades tendem a influenciar o desempenho precário de alunos e alunas, como por exemplo questões estruturais, capacitação docente, apoio psicológico educacional dentro das escolas, conteúdos preestabelecidos que visam a educação mercantil e não uma educação libertadora, o que tende a comprometer o interesse não só por esse espaço, mas igualmente dificultam o aprendizado, podendo ocasionar o fracasso escolar e consecutivamente a evasão. Dificuldades Ou seja, fenômenos, que representam o fracasso escolar podem representar riscos ao desenvolvimento humano, levando a uma condição de vulnerabilidade social (Amparo, Galvão, Cardenas & Koller, 2008; Brasil, 2005; Camargo & Libório, 2011; Leon & Menezes-Filho, 2002; UNESCO, 1998).

Em contrapartida o cuidado, apoio, confiança, respeito pela diversidade, estrutura adequada, relações saudáveis entre os professores e os pares, a partir do estabelecimento de uma relação pautada no afeto e na confiança, com o intuito de estimular uma escolarização positiva, são elencados como possíveis fatores de proteção. Ao se compreender a escola como contexto de desenvolvimento, apontando os fatores de risco e os fatores de proteção, possibilita-se repensar formas e estratégias que possam contribuir para o sucesso escolar e profissional, responsabilizando o jovem, a família e o conjunto social, através da instituição escolar nesta formação dos sujeitos sociais (Liebesny & Ozella, 2002).

Assim, a função social da escola teria de possibilitar ao indivíduo recursos para a sobrevivência em um mundo complexo e dinâmico, possibilitando a comunicação com o mundo externo, garantindo a transferência e a construção do conhecimento cultural e social, compreendendo assim, os papéis que emanam de cada relação e

contexto social e sua importância na construção de novos valores e hábitos (Bronfenbrenner, 1996/1979; 2011; Costa & Guedes, 2009).

Buscando compreender a relação que a juventude estabelece com a realidade escolar, pretende-se analisar com mais clareza a influência que a escola e seus integrantes exercem sobre estes indivíduos. Assim bem, como fatores de risco podem dificultar os processos de aprendizagem e influenciar a perspectiva de futuro de jovens na escola (Mazer, Bello & Bazon, 2009), pesaremos sobre os seguintes fatores de risco: evasão escolar, questões de gênero, falta de capacitação docente e intergeracionalidade infracional, a partir desta análise considerar possíveis estratégias de prevenção.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar trajetórias escolares de meninas em conflito com a lei correlacionando as relações existentes entre vulnerabilidade e os atos infracionais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Identificar fatores de risco e de proteção nas escolas;
- b. Caracterizar Identificar as principais vulnerabilidades enfrentadas no decorrer de suas vidas.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE ESTUDO

Este trabalho trata-se de uma revisão sistemática de literatura pautada na: 1) variedade de fontes para a localização dos estudos; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão e 3) síntese e categorização dos dados obtidos.

Os artigos analisados neste trabalho foram levantados com base no protocolo de revisão sistemática de literatura que consiste em um checklist com 27 critérios e um fluxograma de quatro etapas da PRISMA Statement (Preferred Reporting Items of Systematic reviews and Meta-Analyses).

2.2 BASES DE DADOS CONSULTADAS E ESTRATÉGIAS DE BUSCA

Para tal, realizou-se busca por meio de três bases de dados nacionais, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos Capes e Scielo, utilizando-se o seguinte descritor: “Meninas em conflito com a lei escolas”. Tais palavras poderiam estar localizadas no resumo, título, palavras-chave ou capítulos.

2.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO DOS ARTIGOS

A busca restringiu-se a pesquisas publicadas no período de 2010 a 2020, sendo que a consulta foi realizada no mês de outubro de 2020. Ainda, foi utilizado como limite de busca o ano de publicação, limitação do termo de busca apenas em palavras-chave e título, assim, ao todo, foram encontrados 34 artigos.

Os resumos dos artigos foram revisados manualmente pela pesquisadora e aplicado os seguintes critérios de exclusão: (a) estudos relacionados exclusivamente a adolescentes do sexo biológico masculino, (b) artigos que não se relacionavam com a área educacional. Esse processo resultou em 9 artigos, que foram lidos integralmente.

2.4 PROCEDIMENTOS DA REVISÃO

O levantamento dos dados bibliográficos ocorreu em outubro de 2020, com base nos critérios de inclusão estabelecidos, a partir da leitura do resumo dos trabalhos. Em seguida, buscou-se identificar quais abordavam a situação de meninas em conflito com a lei e suas trajetórias escolares. Posteriormente, os estudos selecionados foram lidos na íntegra, excluindo-se os que não se relacionam ao objetivo principal da pesquisa. Com isso, as principais ideias desses trabalhos foram sintetizadas, para assim gerar a categorização dos dados e a discussão dos resultados.

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento bibliográfico, foram localizados 34 trabalhos. Mediante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente elaborados, 22 estudos foram excluídos. Assim, o corpus de análise compôs-se das 12 pesquisas restantes: 1 artigos, 3 teses e 8 dissertações. A Figura 1, abaixo, apresenta o fluxograma com as etapas de identificação, seleção e inclusão dos estudos.

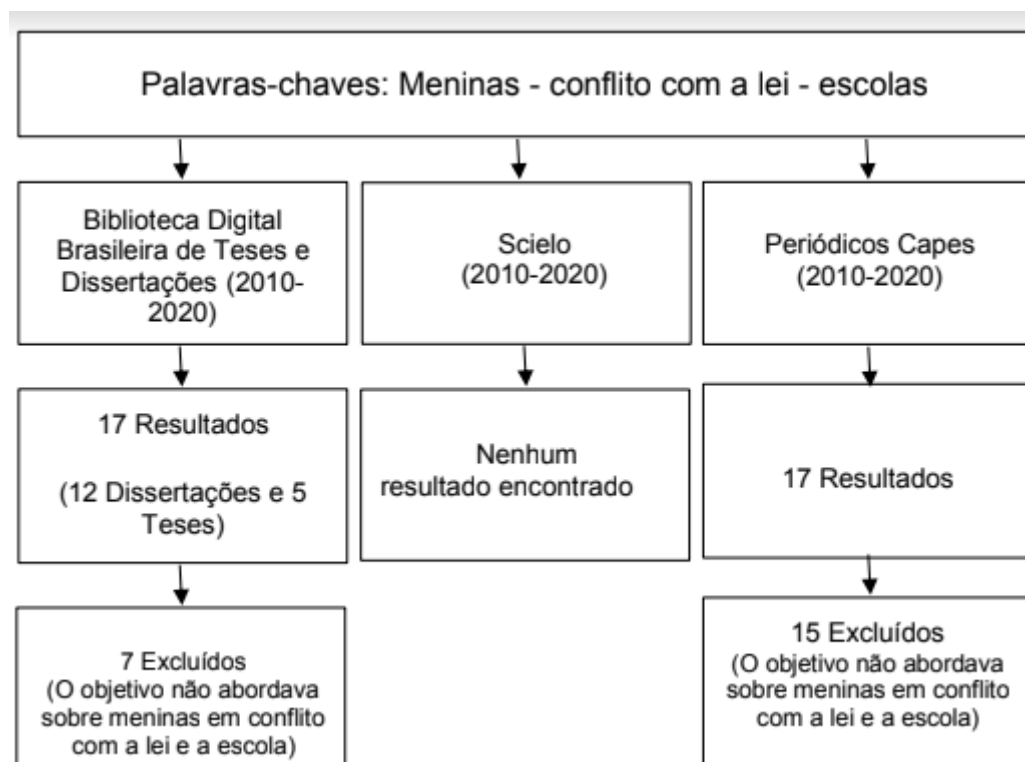


FIGURA 1 - FLUXOGRAMA PRISMA DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS REVISADOS.
FONTE: A AUTORA (2020).

Observou-se que, dentre os estudos, 1 tese, 2 dissertações e 2 artigos fazem parte da área de Psicologia, 4 dissertações, 1 tese da Educação, 1 dissertação e 1 tese do campo dos Direitos Humanos. A Tabela 1, sintetiza as características essenciais dos estudos selecionados, como autoria, ano de publicação, local em que o estudo foi realizado, delineamento da pesquisa, número de participantes, objetivos e principais resultados obtidos quanto à situação dos filhos de encarcerados.

TABELA 1 – MENINAS EM CONFLITO COM A LEI

Autor/ano, local do estudo e base de dados	Delineamento das pesquisas	Número de participantes	Objetivos	Principais resultados sobre meninas em conflito com a lei
Calado (2010) São Paulo Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	O método de pesquisa é o de estudo de caso, de caráter documental, realizado em município da Grande São Paulo, a partir de análise de pastas técnicas de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em meio aberto, de 2000 a 2007.	n = 629 adolescentes	Compreender as relações estabelecidas entre adolescentes e escola que produzam atos de indisciplina que culminam no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, bem como identificar a presença das questões de gênero estabelecidas nas relações entre adolescentes e escola que culminam no cumprimento das medidas citadas.	Constatamos que os atendimentos aos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa apresentam foco individual, sem resgate da trajetória escolar e do que os levou a cometer o delito, sem ações em parceria com a escola.
Dias (2019) Belo Horizonte e Bogotá Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	O desenho metodológico da pesquisa realizada entre 2015 e 2018 se desenvolveu mediante os princípios dos Estudos de Caso, por meio de um levantamento e análise documental, de observação em salas de aula e de entrevistas semiestruturadas com docentes de escolas de centros de privação de liberdade de jovens em Belo Horizonte e de Bogotá.	-	Compreender qual docência se realiza junto destes e destas jovens.	Em ambientes de privação de liberdade, as vivências docentes estão marcadas por especificidades que as diferenciam de outras instituições educativas. Para além de suas marcas peculiares, analisa as ambiguidades da docência entre grades e conclui evidenciando algumas possibilidades de se realizar uma docência libertadora, na perspectiva dos direitos, que se traduzem e se constituem como docentes esperanças.
Cabral e Costa (2018) Rio Branco do Sul Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Esta pesquisa delineou-se como qualitativa, exploratória e documental. A coleta de dados foi realizada através da observação dos processos de execução de medida socioeducativa ocorridos no Município de Rio Branco do Sul - Paraná, no período de setembro de 2014 a dezembro de 2016.	n = 100 adolescentes 25 meninas 75 meninos	Analisar as questões de gênero e educacionais com base nos processos de execução de medidas socioeducativas das/os adolescentes que cometeram atos infracionais. Mapear os atos infracionais e medidas socioeducativas a eles associados frente sua incidência entre meninas e meninos; Identificar a situação escolar das/os adolescentes na época em que cometeram o ato infracional assim como a aplicação de medidas de proteção concomitantes às medidas socioeducativas; verificar a participação dos familiares como responsáveis legais no processo de	Verificou-se que os meninos cometem uma variedade maior de atos infracionais do que as meninas. A gravidade desses atos também se diferenciou no período estudado, apontando registros de infrações graves somente entre os meninos. A pesquisa mostrou que os papéis sociais incutidos às/aos adolescentes e seus familiares interferem diretamente no desenvolvimento destas meninas e meninos enquanto pessoas. As expressões de gênero, de educação e trabalho, permearam todas as categorias estudadas. Embora as medidas socioeducativas estejam em evidência nos estudos acadêmicos, a pesquisa mostrou que existe a necessidade de se visibilizar os sujeitos deste processo, atentando-se a eles não parcialmente, mas em sua integralidade.

			execução das medidas socioeducativas, e; analisar a situação processual das adolescentes no momento da coleta de dados.	
Santos (2017) Anápolis Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Para alcançar o que se pretendia, esta pesquisa efetivou-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, através dos dados dos prontuários de atendimento dos jovens em conflito com a lei, disponíveis no Centro Especializado de Referência em Assistência Social – CREAS. Também foram realizadas entrevistas com o juiz da infância e juventude de Anápolis; com o coordenador de medidas socioeducativas do CREAS e com uma orientadora de medida de prestação de serviço à comunidade também do CREAS.	n = 10 adolescentes 1 menina 9 meninos	Objetivou-se compreender como o direito à educação é garantido ao jovem autor de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade.	Concluiu-se, a partir da investigação que, apesar dos valorosos esforços realizados até agora, é preciso uma reformulação das práticas de socio educação em meio aberto e seu respectivo plano de atendimento, principalmente no que se refere à intersectorialidade das políticas públicas.
Rodrigues e Rocha (2010) Ponta Grossa Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Os instrumentos metodológicos utilizados foram: um questionário com questões abertas e entrevistas a partir de imagens fotográficas das últimas escolas nas quais os sujeitos de pesquisa estudaram.	-	Realizar escuta sobre o espaço físico escolar enquanto espaço vivido no passado por adolescentes (meninos) internos no Centro de Socio educação de Ponta Grossa que tiveram a experiência da evasão escolar, neste mesmo município.	Os principais resultados apontados a partir das análises mostraram que os fatores que influenciaram na interrupção da vida escolar dos adolescentes foram: forte mobilidade geográfica (falta de moradia própria), famílias com apenas um responsável (a maioria comandadas por mulheres) pela provisão da renda desempenhando funções que oferecem baixa remuneração ou sem renda, baixa escolaridade dos pais, falta de oportunidades de enriquecimento cultural e pouca variação nas oportunidades de desenvolvimento de habilidades físicas (falta de programas de incentivo ao esporte, cultura e lazer) falta de Projetos Educacionais em contextos diversos ao da escola, fácil acesso à droga no entorno escolar, baixa autoestima, gravidez precoce (paternidade precoce), e uso de medidas coercitivas na escola (expulsões).
Lapa (2014) Distrito Federal Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Este trabalho investigou os valores pessoais de estudantes do ensino fundamental II em uma escola pública do Distrito Federal e promoveu intervenções pedagógicas por meio de oficinas, com uso de dinâmicas cooperativas	n = 980 (primeira etapa) n = 70 (segunda etapa)	Testar a hipótese de que intervenções pedagógicas, por meio de oficinas, utilizando dinâmicas cooperativas, contribuem para a melhoria das relações interpessoais.	Os resultados indicaram uma tendência de aumento na média dos valores de autotranscendência para as duas turmas, revelando preocupação maior com o bem-estar de si mesmos, dos outros e do ambiente de convivência e relações. Estes resultados demonstram que a formação de valores pessoais de forma dinâmica, vivencial e simbólica contribui para a mudança nos comportamentos dos estudantes e para a promoção de um ambiente mais ecológico e sustentável. Isso pode favorecer a resolução de conflitos e a reversão do

				cenário atual tanto no ambiente escolar quanto fora dele.
Santos (2016) Distrito Federal Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Para tanto, realizou-se a revisão bibliográfica de pesquisas e artigos científicos acerca das questões que levam os adolescentes em conflito com a lei.	-	Objetivo é analisar, por meio dos pressupostos psicanalíticos, a constituição da história de vida, focalizando o processo de escolarização e as questões de gênero das adolescentes em cumprimento de uma das medidas socioeducativas no Distrito Federal.	Os resultados da pesquisa indicaram que a entrada das meninas é facilitada pelo ideal estético, atrelado ao suporte afetivo encontrado nas fratrias adolescentes constituídas via criminalidade. As adolescentes diante da educação ofertada nas escolas públicas se excluem desse espaço ao serem seduzidas para o ingresso na “escola do crime”. A pesquisa aponta que as escolas ainda fazem uma oferta de ensino meramente adaptativa, ou seja, avessa a uma crítica à sociedade de consumo, aos dilemas sociais e aos estereótipos de gênero. Constatou-se, também, a necessidade dos sistemas educativos: escola e unidades socioeducativas convocarem as adolescentes como parceiras sociais para a construção de fratrias que lhes possibilitem uma subjetivação política sobre suas realidades de vidas e de suas comunidades, uma vez que o desejo de futuro das meninas apareceu vinculado ao acesso aos bens de consumo, aspecto este preocupante por poder conduzi-las ao crime. As reinserções na escola e no trabalho foram mencionadas, porém apresentam-se como uma obrigatoriedade da medida socioeducativa. Em suma, percebeu-se na pesquisa um estreito diálogo entre questões de gênero, escolarização, adolescência e sociedade de consumo para a compreensão do engajamento das meninas nas condutas infracionais.
Marinho (2019) Distrito Federal Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Trata-se de um estudo de caso, que utilizou modelos lógicos e a avaliação orientada por teorias, para buscar apreender os resultados e o impacto do Programa na reinserção social das egressas e no processo de desistência do crime.	n = 49 meninas	A pesquisa teve como objetivo realizar uma avaliação do Programa Socioeducativo de Internação para meninas no Distrito Federal.	Os resultados demonstram que o programa contribui para aumentar o nível de instrução, com um aumento na média de três anos escolares durante a internação, e para a oferta de capacitação profissional. Também, parece promover suporte familiar, acesso à cultura e a tratamento e acompanhamento médico. Por outro lado, o programa não consegue evitar os altos índices de violência no interior da unidade, bem como o uso de drogas. Falha em não fornecer acompanhamento nem suporte às egressas, que enfrentam muitos desafios no retorno à comunidade, percebem a escola e a profissionalização como precárias e de baixa qualidade, gerando baixa instrumentalização para o mercado de trabalho e reduzindo as oportunidades de vida.
Taylor (2015) Rio de Janeiro Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	A pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, pela análise dos resultados obtidos através de associação livre a partir de uma palavra indutora e pela análise do	n = 102	O presente estudo teve como objetivo primordial a identificação das representações que os adolescentes em internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade têm do Psicólogo que atua no	-

	conteúdo do discurso dos adolescentes.		Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE)	
Froemming (2016) Distrito Federal Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações	Esta é uma pesquisa sobre adolescentes em atendimento socioeducativo que foi realizada por meio de análise documental.	n = 297 documentos n = 41 adolescentes		A tentativa de compreender a lógica disciplinar nas descrições das ocorrências e na produção de comportamentos, bem como na punição das descrições das adolescentes, demonstrou a ótica moralista por meio das quais as adolescentes são descritas, o que exalta a política de produção de verdades que é base para a constante vigilância do gênero feminino. Além disso, o discurso tem efeito, expresso pela narrativa das situações, em especial as que tratam de sexualidade, família, escola; enfim; as instituições sociais que são dimensões da vida cotidiana, mas que para muitas destas meninas são também dimensões de violência pelo abandono e pela precariedade da vida. Elas sofrem as consequências desse abandono sendo punidas pelo atendimento socioeducativo. O fato é que o atendimento socioeducativo, na forma como vem sendo executado, consiste na aplicação do controle social seletivo dos pobres, fundamental no sistema de dominação do capital. Neste contexto, a criminalização da juventude é o plano de fundo da discussão rasa sobre a autonomia jurídica do sistema de justiça juvenil. Não se trata de pensar um novo sistema, mas de defender a radicalidade da proteção social considerando a centralidade do gênero e da classe.
Aranzedo (2015) Brasil Periódicos Capes	O método preconizou a participação de adolescentes do sexo feminino que cumpriam MSE de Internação e LA.	-	O presente estudo visa analisar os fatores que contribuem para o envolvimento de meninas na prática de delitos e investigar como estas representam a medida socioeducativa (MSE)	Os resultados demonstram que os delitos se concentram no tráfico de drogas, assaltos, lesões corporais e furtos. As representações das MSE de LA, partilhadas pelas adolescentes, caracterizam-na como um espaço de aprendizagem (reflexivo). Sobre a internação, algumas retratam também como um espaço de aprendizagem, mas, sobretudo, como punição e solidão.
Nunes, Souza e Morais (2013) Ceará Periódicos Capes	Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura a fim de conhecer o estado da arte sobre o tema "Família e adolescente em conflito com a lei" no período de 2007 a 2012.	n = 35 artigos		Os resultados revelaram que é inviável pensar na prática de atendimento ao adolescente infrator sem englobar sua família com a mesma ênfase, bem como, se tem verificado uma prática recorrente de culpabilização da família pela situação de infração do filho, sendo vista apenas como fator de risco.

FONTE: A autora (2020).

O tópico de delineamento indica os métodos de coleta dos dados. Salienta-se, que o trabalho sobre este público-alvo tem sido objeto de estudo interdisciplinar, notadamente pela Psicologia. Porém, tais áreas ainda oferecem pouca quantidade de pesquisas relativas à temática e se desenvolvendo nas mais distintas abordagens da psicologia. Quanto à Educação, os estudos encontrados tratam de forma ampla sobre a relevância educacional, explorando mais a fundo contextos relacionados ao perfil dos(das) adolescentes, sobre suas dificuldades de aprendizagem e comportamentais e sobre a evasão escolar dos mesmos. Apesar da existência de estudos sobre adolescentes em conflito com a lei, ainda que baixa, estes estudos tem como objeto principal adolescentes do sexo biológico masculino, dos estudos aqui discutidos apenas dois tratam exclusivamente sobre meninas. A escassez de pesquisas sobre a situação de meninas em conflito com a lei no Brasil merece reflexão, diante da fragilidade social que estas meninas encontram, sobretudo quando analisamos questões de gênero.

Como podemos observar na Tabela 1, os estudos selecionados discorrem sobre os mesmos assuntos, porém com diferentes focos, sendo assim foram distribuídos em cinco categorias, a fim de comparar os resultados das pesquisas quanto às implicações sobre a temática aqui abordada, meninas em conflito com a lei. As categorias são: 1) adolescência; 2) adolescência e escola; 3) violência; 4) gênero; 5) meninas x meninos em conflito com a lei.

3 ADOLESCÊNCIA

O estudo de Calado (2010) compreende a fase da adolescência como uma construção histórica em desenvolvimento com a estrutura social de cada época e de cada cultura. A autora discorre sobre as afirmativas onde a adolescência é reconhecida como um momento de diversas possibilidades de inserção social, escolhas profissionais e educativas, formação familiar, de parcerias, de adesões grupais e de invenções nas formas e viver, cientificamente compreendida e caracterizada como uma etapa repleta de conflitos, conturbações ligadas à sexualidade, tendo tendência a indisciplina, agressividade e oposição, buscando constantemente a afirmação de uma identidade, vinculada a gênese que não é social, mas atrelada a características psicológicas naturais que representam um estágio de desenvolvimento a ser atingindo até encaminhar-se para vida adulta.

Autores como Ozella 2003; Bock 2004; Fefferman, 2004; Checchia, 2006, compreendem a adolescência como uma condição de transitoriedade, na qual a passagem para a vida adulta se torna o sentido para o presente, em que trata-se de uma fase de liberdade e prazer, experimentações e irresponsabilidade, um momento de crise, conflitos distanciamento da família em vista a autoestima e formação da personalidade. Diante destes expostos a autora, pondera que essa concepção negativa e conflituosa a respeito da adolescência cria um estigma, o que por sua vez influencia na inexistente ou na precariedade da execução das políticas públicas para a juventude, provocando consequências sociais, econômicas e políticas graves. Calado (2010) argumenta que é primordial romper esta visão hostil sobre a juventude, a fim de compreendê-la a partir de uma perspectiva onde se valorize a diversidade integralizada ao seu processo de crescimento baseado em suas vivências e seu contexto social.

Dayrell (2003), defende que existem contextos sociais desumanizadores que levam jovens inseridos neles, a construir suas potencialidades amparados nos recursos que dispõem, o que não viabiliza uma construção enquanto sujeitos. Ou seja, gênero, raça, classe social interferem nesse processo, assim como as suas relações que estes adolescentes estabelecem. No entanto ao pensarmos em uma perspectiva da construção de um futuro correlacionado a escola e a juventude, as experiências escolares destes jovens se distanciam de seus interesses e das suas necessidades, não podendo corresponder as demandas que lhe são colocadas pela sociedade, que por sua vez, espera que a juventude tenha atitudes não condizentes com seu processo de construção como sujeitos.

4 ADOLESCÊNCIA E A ESCOLA

Calado (2010), discorre em seu estudo sobre a escola não como uma instituição universal, mas uma realização cultural de sociedades, em que sua função se relacionaria ao saber acumulado, a formação cidadã com padrões estabelecidos, a fim de promover transformações cognitivas e psicológicas através da escrita, leitura e ciências.

A autora traz em seu estudo o discurso de Leão (2006), que define que a experiência escolar dos jovens só pode ser compreendida a partir de outros referenciais, como família, movimentos sociais, mídia, grupos de pares e espaços

públicos. A escola então seria um espaço de encontros e desencontros, onde cada jovem estabeleceria uma relação única seja ela positiva ou não, o que estaria ligado diretamente com a cultura escolar que tende a focar no aluno e não no jovem e seu contexto de vida.

Autora ainda se refere a pesquisa de Checchia (2006) que discorre sobre experiência escolar na adolescência, onde identifica que apesar da grande quantidade de estudos que foca na relação adolescência e a escola os mesmos não levam em consideração a fase de desenvolvimento que estes adolescentes perpassam, pouco se estuda o que os mesmos têm a dizer, e os coloca na posição de indisciplinados, agressivos, desinteressados, revelando que há pouco diálogo entre adolescentes e seus professores. A autora por fim afirma que é impossível falar sobre ato infracional sem vincular a violência escolar, pois constata que a maioria dos adolescentes que comete um ato infracional tem um baixo desenvolvimento na escola, sendo referenciado muitas vezes por seus professores como delinquentes, devido ao seu comportamento em sala de aula.

5 VIOLÊNCIA

Calado (2015) afirma que a escola estabelece regras porém não escuta a demanda dos alunos e alunas, quem contesta estas normativas é interpretado como associal, violento tornando-se um objeto de rejeição. Santos (2001) diz que " o reconhecimento da violência do espaço escolar como uma das novas questões sociais globais parece um caminho interpretativo fecundo desse fenômeno caracterizado como um enclausuramento do gesto e da palavra. Ou seja, é necessário descobrir o significado contido por trás do ato de violência. A autora observa a relação da trajetória escolar da maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais, com sofrimento, dificuldades e humilhações, onde as consequências causam grandes angústias e sofrimento psíquico.

Sousa (2007) alega que a violência escolar pode ser vivenciada por diferentes raças ou etnias, assim também como para ambos os sexos, o que difere é a forma da violência e suas consequências, as reações dos adolescentes também tendem a se diversificar, alguns alunos se silenciam outros demonstram estratégias de resistência, o que pode gerar dor e rejeição assim bem como agressividade e demais mudanças de comportamento que influenciam na aprendizagem e tendem a culminar a expulsão

dos espaços escolares, afinal a escola se torna um lugar aversivo. A autora conclui que para compreender e evitar a violência no espaço escolar é necessária uma investigação de diversos aspectos, macro e micro estruturais, levando em conta as relações interpessoais e os diferentes marcadores sociais, questões de gênero, raça e classe social.

6 GÊNERO

Santos (2016) traz em seu estudo uma reflexão sobre o ideal cultural do gênero que restringe meninas e mulheres ao discurso patriarcal, onde os próprios adolescentes elencam meninas dentro dos estereótipos de gênero. Ou seja, já consideram que estas meninas são objetos sexuais, maternais ou responsáveis por afazeres domésticos.

A autora se utiliza dos estudos de Judith Butler (1990; 2003) que define que é o gênero que cria o sexo e coloca sobre eles performances e limites. Compreendendo então que as performances de gênero são construídas com o tempo, assim bem como a adolescência que se constitui conforme o momento histórico e cultural de uma sociedade.

Ainda de acordo com Santos (2016), a participação de adolescentes em atos infracionais é como um "pedido de socorro". Discorrendo sobre a relação entre gênero e a criminalidade, a autora analisa que existem crimes que são mais cometidos por mulheres e os significados do cometimento desses crimes são determinados pelo gênero.

Mulheres e adolescentes no contexto criminal comumente não atendem a expectativa da sociedade em exercer uma postura servil, amigável, frágil ou vitimizada, pelo contrário são taxadas como violentas e mais agressivas que homens, o que inicializa a problematização sobre elas por parte dos sistemas sociais e judiciais.

Assis e Constantino (2000) corroboram em suas pesquisas com as adolescentes em conflito com a lei e afirmaram não encontrar em pesquisas diferenças no perfil das adultas presas e das adolescentes, ambas possuem histórico prévio de violência, negligência, uso de drogas, conflitos familiares, abandono escolar e na associação das mulheres com homens criminosos.

Os primeiros estudos referentes aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, surgiram em meados dos anos 70 e 80, referindo-se à problemática da

institucionalização das meninas. Estes estudos iniciais compreendem o perfil sociodemográfico, a história de vida que inclui violência doméstica, exploração sexual, escolarização precária e o uso de drogas, o que por sua vez influencia o ingresso de meninas em atos infracionais. (CESPI, 1994).

Os atos infracionais cometidos pelas adolescentes se modifica conforme a região que eles acontecem, em regiões do interior estes fatos eram relacionados a joias e roupas de suas contratantes, assim bem como na década de 1960 era bem comum que as adolescentes cometessem furtos em lojas de departamentos, estes delitos eram praticados por meninas de diferentes classes econômicas, e a leitura de suas transgressões era interpretada pelo judiciário de forma distinta, comprovando mais uma vez que o sistema judiciário brasileiro é seletivo.

A autora ainda evidencia a respeito da relação das adolescentes com a família, o qual possuíam um contexto de violência intrafamiliar, tanto física e sexual, atitudes essas que as levava a fugir de casa, alguns registros relacionam o ato infracional com tentativa de homicídio contra padrastos e homens agressores da família. Nesses casos a justiça solicitava avaliação psiquiátrica e arquivava o processo, pois acreditava que os meios empregados pelas adolescentes eram necessários para a proteção delas, frisando, portanto, a fragilidade das meninas.

Brito (2001) debate que desta forma não se garante a escuta das adolescentes e muito menos lhes garante medida de proteção, a autora também afirma que a não reparação permite que meninas sejam "seduzidas" para novas práticas criminais. Com relação a lesão corporal, as meninas que se envolveram nestes episódios recebiam xingamentos relacionados a sua sexualidade, em casos de agressão física o judiciário advertia seletivamente algumas meninas, adolescentes envolvidas com prostituição eram desconsideradas.

Esta situação só se altera nos anos 90 com o surgimento do ECA que surge como um promotor de igualdade de gênero, o ECA prega a proteção integral à criança e ao adolescente, inclusive a proteção jurídico-legal, quando na situação de conflito com a lei. Isso garante que, quando a criança comete um ato infracional, recebe do Estado medidas protetivas as quais também podem ser concedidas por uma ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável. Aos adolescentes são viabilizadas tanto a medida protetiva como a medida socioeducativa. Essas medidas podem ser concedidas isoladas ou

cumulativamente, tendo como parâmetro de aplicação a capacidade do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Em estudos mais recentes de (Assis; Constantino, 2001; Araújo, 2004; Ramos, 2007; Fachinetto, 2008), o perfil das meninas se apresenta da seguinte maneira: classe socioeconômica precária, baixa escolaridade, em sua maioria negra e com início precoce na criminalidade, tendo muitas delas membros familiares envolvidos no uso e abuso de drogas e na prática de atos infracionais; a maior parte tem a mãe como provedora do lar. A publicação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2015) referente ao primeiro levantamento nacional específico sobre meninas em conflito com a lei no Brasil, realizado nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Pará, revelou que meninas que cumprem medida socioeducativa entre 15 e 17 anos apresentam uma grande defasagem escolar relacionada ao ensino fundamental I e II; no que tange à raça, a maioria delas é negra. Algumas adolescentes relataram experiências de trabalho como vendedoras, garçonetes, empregadas domésticas e babás. Em relação à vida conjugal, as adolescentes em sua maioria são solteiras, porém residem ou já residiram com parceiros.

Diferente do ingresso de mulheres adultas no mundo do crime que se dá sobretudo pelo tráfico de drogas devido a prisão de seus companheiros, as adolescentes ingressam em práticas infracionais através de amigas e membros da família, embora também exista envolvimento amoroso. O levantamento do CNJ (2015) revela que o tráfico de drogas é o ato infracional mais cometido pelas adolescentes das grandes capitais, pois corresponde ao desejo da independência financeira e por não haver violência ao outro no ato. O uso de drogas lícitas e ilícitas foi apontado como uma prática precoce, na grande maioria entre 11 e 15 anos, mas com relatos desde os 10 anos, algumas inclusive mencionaram o uso de drogas como um ponto marcante para o desequilíbrio na vida, o uso e abuso de drogas é uma problemática constatada na maioria dos estudos referentes aos meninos e as meninas em cumprimento de medida socioeducativa.

7 MENINOS X MENINAS EM CONFLITO COM A LEI

Cabral (2018), revela em seu estudo que o número de meninos com processo de execução de medidas socioeducativas é o triplo que o número de meninas, o que

para as autoras se refere às relações sociais que são atribuídas a estes adolescentes. Louro (2002), além disso discute que os desdobramentos desta questão restringem às meninas a esfera doméstica e também ao espaço escolar, enquanto aos meninos é designado o espaço público seja para atividades de lazer ou laborativas, o que por sua vez influencia não somente no ato infracional, mas também em fatores de risco.

Assim como há uma diferença entre as trajetórias vivenciadas por meninos e meninas, existem diferenças entre seus atos infracionais e as medidas socioeducativas que estes e estas são submetidos, como relata autora discorrendo que as medidas mais aplicadas, tanto a meninas quanto a meninos é a prestação de serviço à comunidade o que corresponde ao objetivo pedagógico do SINASE, por conseguinte outra medida aplicada de forma igual para ambos os gêneros é a advertência. O estudo demonstra que para meninos são aplicadas mais medidas de restrição de liberdade, pois no que tange a atos infracionais, adolescentes do sexo masculino praticam atos mais graves, como roubos com armas de fogo, homicídio ou tentativa de homicídio e tráfico de drogas, enquanto adolescentes do sexo feminino cometem atos infracionais mais leves, o que por sua vez reflete não só na medida aplicada pelo sistema judiciário como também na duração desta. Entretanto, apesar de meninas cometerem atos infracionais mais leves, recebendo medidas mais brandas, estas acabam sendo reincidentes no sistema socioeducativo.

Cabral (2018) salienta que meninos acabam sendo mais violentos ao cometerem o ato infracional do que meninas, porém ao passarem pelo sistema socioeducativo meninas acabam demonstrando um comportamento mais agressivo, pois sentem a necessidade de se reafirmar dentro do universo infracional e se respaldar de possíveis violências relacionadas a gênero que encontram-se em todas as esferas da sociedade. A autora ainda discorre que os atos infracionais mais cometidos por meninas são o de lesão corporal, pequenos furtos e tráfico de drogas, enquanto o de meninos são perturbação de sossego, condução de veículos sem habilitação e tráfico de drogas, por mais que os atos infracionais em algumas situações sejam os mesmos, a intensidade e a recorrência é diferente.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão sistemática, foi possível identificar que a visibilidade sobre esta temática ainda é baixa, enquanto na contramão, o assunto é de grande relevância, pois reflete em várias esferas sociais como saúde, justiça e educação.

Estudos referentes a adolescentes em conflito com a lei vem se ampliando conforme a preocupação social acerca do aumento de infrações cometidas por este público, entretanto, observa-se que crianças e adolescentes não são sujeitos privilegiados em produções científicas, especialmente quando estes apresentam um perfil vulnerável, o que se agrava ainda mais quando este perfil reflete em questões pautadas no gênero feminino.

Ao analisar os estudos aqui selecionados, pondera-se não somente sobre o perfil das adolescentes que cometem atos infracionais, mas sim, de toda uma estrutura social que estas meninas estão inseridas. Comumente, o contato inicial destas adolescente com o universo infracional, se dá através de parceiros afetivos ou outros familiares que também estão envolvidos com atos criminais, entretanto pouco se sabe por exemplo, quantas dessas meninas têm pais ou mães no sistema penal, o que por sua vez interfere diretamente na estrutura familiar, assim bem como na renda, o que tende a ser um fator significativo para o envolvimento destas adolescentes com meio criminal, afinal corriqueiramente cabe a elas sustentar ou contribuir com a renda da casa.

Provenientes das camadas sociais vulneráveis, estas meninas se desenvolvem em meio a violência, a negligência, a abusos físicos, sexuais e emocionais e ainda enfrentam o estigma social que se manifesta de modo diferente no sexo feminino, como por exemplo a adultização e maternidade precoce, deve-se então considerar que os papéis de cada gênero estão enraizados em nossa sociedade através de múltiplos elementos culturais e de relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade brasileira que produzem um panorama de significados sobre as mulheres, caracterizadas ao longo desse processo pela passividade, domínio do espaço doméstico, boa educação, bons costumes, dupla jornada de trabalho e padrão de beleza, vale lembrar que os atos violentos cometidos pelas adolescentes frequentemente causam certa repulsa por boa parte da sociedade, já que estes não são esperados e são socialmente inaceitáveis, principalmente se praticados por mulheres e meninas (Aranzedo 2015)

Em tempo, é de grande relevância enfatizar as baixas publicações acadêmicas referentes à temática de meninas em conflito com a lei e a escola, visto a relevância que o ambiente escolar exerce dentro da sociedade, assim como no desenvolvimento das adolescentes. Assim, como já discutido ao longo deste estudo a trajetória escolar das adolescentes em conflito com a lei, é praticamente anulado, pois estas passam despercebidas por toda a comunidade escolar, ganhando destaque apenas quando demandam dificuldades de aprendizagem ou comportamento violento na escola, em contrapartida este ambiente que deveria estar minimamente ligado a fatores protetivos, acaba tornando-se mais um agravante na vida destas meninas, que por vezes não tem um único referencial de apoio, o que ocasiona por vezes a evasão escolar, ou como tratamos neste estudo a exclusão, pois afinal estamos nos referendo a estrutura social da escola que mostra-se insuficiente para compreender e desenvolver estas adolescentes não cumprindo sua função social de ensinar e educar cidadãos críticos e engajados, indiferente de suas condições legais, raça ou gênero.

Assim, como mencionado no artigo 277 da Constituição Federal Brasileira (1988), é dever da escola assim como de toda a sociedade assegurar as adolescentes dignidade e respeito, assim bem como colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. É de grande importância a ampliação do debate nas escolas sobre esta temática, sensibilizar o olhar docente a esta causa, implica no desenvolvimento de uma nova relação com as demandas da juventude, com o compromisso social que é o educar.

Considerando estes apontamentos, a discussão referente a esta temática implica não só no aumento produtivo da academia, mas sim possibilitar a ampliação de dados concretos sobre os recortes sociais que envolvem as adolescentes que cometem atos infracionais. Reconhecer que estas meninas existem e resistem dentro de uma sociedade patriarcal é compreender que para além de violadoras elas também são violadas, e cabe a sociedade como um todo exigir e estabelecer novas políticas públicas que defendam e protejam de fato nossas adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGLIARDI, D. A. (2007). **Histórias de vida de adolescentes com adolescentes privados de liberdade: como narram a si mesmos e aos outros**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

ALENCASTRO, Paola Larroque. **Mães presidiárias e direito da criança e do adolescente à convivência familiar**. 2015. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

A prisão dos pais condena os filhos? Voz, 3 de out. 2016. Disponível em: <<https://www.projetovoz.com/?p=620>>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

ARANZEDO, Alexandre Cardoso. **“Meninas”: os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas**. Psicologia e Saber Social, [s. l], v. 2, n. 4, p. 265-276, dez. 2015.

Black, D. S., Grenard, J. L., Sussman, S., & Rohrbach, L. A. (2010). **The influence of school-based natural mentoring relationships on school attachment and subsequent adolescent risk behaviors**. Health Education Research, 25(5), 892-902.

BORGES, Thiago. **Invisíveis até quando? O impacto do encarceramento na vida de crianças e adolescentes**. Rede Nacional Primeira Infância. São Paulo, 13 de dez. de 2017. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/invisiveis-ate-quando-o-impacto-do-encarceramento-na-vida-de-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990, 27 de novembro)**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias InfoPen - 2016**. Brasília, DF: 2017a.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos/ Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Anual SINASE 2014**. Brasília, DF: 2017b.

BRONFENBRENNER, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados** (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.

CABRAL, Talita Ketlyn Costa. **Adolescentes em conflito com a lei: um olhar sobre o processo de execução de medida socioeducativa no município de Rio Branco do Sul - Paraná: um olhar sobre o processo de execução de medida**

socioeducativa no município de rio branco do Sul - paraná. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CALADO, Vânia Aparecida. **Escolarização, gênero e conflito com a lei: um estudo de registros de atendimento a adolescentes em medida socioeducativa.** 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Brasília: CONANDA.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

COSTA, M., & GUEDES, R. (2009). **Expectativas de futuro como efeito escola: Explorando possibilidades.** São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, 23(1), 101-114.

CESPI. **A menina e a adolescente no Brasil – Uma análise da bibliografia.** Rio De Janeiro: Ed. Universitária, 1994.

DIAS, Marília Sousa Andrade. **Para Estes Meninos E Meninas, Qual Docência? (Escolas De Sistemas Socioeducativos – Brasil E Colômbia).** 2019. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

Departamento Penitenciário Nacional. **InfoPen.** Dezembro/2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> . Acesso em: 10 de ago. de 2020.

LAPA JUNIOR, Luiz Gonzaga. **Identificação E Formação De Valores Pessoais No Ambiente Escolar De Ensino Fundamental II: O Sujeito Ecológico Em Construção.** 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FORTE, Barbara. **Porque o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo.** Ecoa. São Paulo. 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/20/por-que-brasil-e-o-setimo-pais-mais-desigual-do-mundo.htm>>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

GALDEANO, A. P (Org.); CHALOM, A.; CARDOSO, E.; BARBOSA, R. de C. K; **Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamento de impactos sociais, econômicos e afetivos.** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. 1ª Edição. São Paulo. 2018

GOMES, C. M., & CONCEIÇÃO, M. I. (2014). **Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida.** Psicologia em Estudo, 19(1), 47-58.

FROEMMING, Cecília Nunes. **Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo**. 2016. 164 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; PINTO, Rute Bernardo Pinto e MIYASHIRO. **Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília**. Revista de Iniciação Científica da FFC. v. 5, n. 1-2-3, 2005.

LEON, F. L. L.; MENEZES, N. F. A. (2003). **Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, PPE, 32, 417-451.

MAZER, S. M., BELLO, A. C., & BAZON, M. R. (2009). **Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de riscos associados**. Psicologia da Educação, 28, 7-21.

MARINHO, Fernanda Campos. **Avaliação do Programa Socioeducativo de Internação no Distrito Federal: Desistência do Crime e Reinserção Social de Egressas**. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MEDEIROS, P. C., LOUREIRO, S. R., LINHARES, M. B. M., & MARTURANO, E. M. (2000). **A auto-eficácia e os aspectos comportamentais de crianças com dificuldades de aprendizagem**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 13(3), 327-336.

NJAINE, K., & MINAYO, M. C. S. (2003). **Violência na escola: identificando pistas para a prevenção**. Interface Comunicação, Saúde e Educação, 7(13), 119-134.

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. **Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura**. Contextos Clínicos, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 144-156, dez. 2013.

ORMENO, Gabriela R et all. **Children of Incarcerated Women in Brazil: Vulnerability and Traumatic Experiences in Their Lives**. Journal of Latino/Latin-American Studies, 8(2), p. 10-17, 2016.

SANABRIA, A. M., & RODRIGUES, A. F. U. (2010). **Factores psicosociales de riesgo asociados a conductas problemáticas en jóvenes infractores y no infractores**. Diversitas: Perspectivas em Psicología, 6(2), 257- 274.

SANTOS, Andréa Marília Vieira. **Pais encarcerados: filhos invisíveis**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 26, n. 4, p. 594-603, dez, 2006.

SANTOS, Elen Alves dos. **As adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: um diálogo sobre as questões de gênero, escolarização, sociedade de consumo e ato infracional**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília Faculdade de Educação, Brasília, 2016.

SAPIENZA, G., & PEDROMÔNICO, M. R. M. (2005). **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente**. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.

SCAPINI, Marco Antonio Bandeira. Execução Penal: controle da legalidade. In: CARVALHO, Salo (Org.). **Críticas à Execução Penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

SCHILLING, Flávia e MIYASHIRO, Sandra Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade**. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 2, 2008.

SILVA, L. F. (2014). **Crime, ostentação e afetividade: um estudo psicossocial sobre o adolescente em conflito com a lei**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

STELLA, Claudia. (2009a). **Aprisionamento materno e escolarização dos filhos**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13, p. 21-28, 2009^a.

STELLA, Claudia. (2009b). **Filhos de mulheres presas: O papel materno na socialização dos indivíduos**. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, 9(2), p. 292-306, 2009b.

TACCA, M. C. V. R., & BRANCO, A. U. (2008). **Processos de significação na relação professor aluno: Uma perspectiva sociocultural construtivista**. *Estudos de Psicologia*, 13(1), 39- 48.

TAYLOR, Leticia Montes Penha. **As representações do psicólogo na socioeducação: o saber ingênuo de adolescentes em internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas no DEGASE**. 2015. [95 f.]. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ] .

TRINDADE, J. (2002). **Delinquência juvenil: compêndio transdisciplinar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

ZAPPE, J. G., & RAMOS, N. V. (2010). **Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS**. *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 365-373.